



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Arte Cultura e Comunicação [ST]

DIREITO À CULTURA E CIDADANIA: BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E CINE CLUBES COMO PRÁTICAS ALTERNATIVAS À POLÍTICA PÚBLICA.

THOMAZI, Áurea Regina Guimarães
Doutora em Ciências da Educação
Centro Universitário UNA/Universidade do Estado de Minas Gerais
auregt@gmail.com

ARAÚJO, Wânia Maria
Doutora em Ciências Sociais
Centro Universitário UNA/Universidade do Estado de Minas Gerais
wania.maria@yahoo.com.br

MACHADO, Gilmara
Mestre em Gestão Social Educação e Desenvolvimento Local
Centro Universitário UNA
gilmara.machado@animaeducacao.com.br

BACELAR, Gleice Matias
Bacharel em Pedagogia
Centro Universitário UNA
gmpedagogia@hotmail.com

Resumo

A cultura é uma prática inerente ao ser humano e ainda que seja universal, é considerada também como um direito do cidadão. Entretanto, as políticas públicas nessa área ainda são muito incipientes. Nesse cenário, surgem iniciativas paralelas de instituições privadas e não-governamentais que buscam desenvolver práticas culturais, na tentativa de preencher essa lacuna. Dentre essas práticas optou-se por investigar primeiramente bibliotecas comunitárias e em uma segunda etapa a exibição de cinema na forma de cine clube, por constituírem modalidades da cultura que viabilizam e contribuem para o fortalecimento da cidadania. Com uma fundamentação essencialmente das ciências sociais, buscou-se estabelecer um diálogo com os campos da cultura, das políticas públicas, da educação. Realizou-se uma pesquisa qualitativa tendo como cenário o município de Belo Horizonte em Minas Gerais, Brasil, no qual foram identificadas sete iniciativas de criação de bibliotecas comunitárias e seis iniciativas de exibição de cinema gratuito à população, como alternativas às ações implementadas pelas políticas públicas. Analisou-se os pressupostos e objetivos dessas ações, o público a que se destinam bem como as concepções que fundamentam essas ações.

Abstract

Culture is a practice that is inherent to human beings, and although it is universal, it is also considered to be a citizen's right. However, public policies in this field are still very incipient. In this scenario, parallel alternative initiatives from private institutions and non-governmental agencies are born, which seek to develop cultural practices that try to fill this gap. Among these practices this study has chosen to first investigate community libraries, and, at a second stage, movie screenings in the form of film clubs, as they are cultural modalities that foster and enable citizenship. With a firm foundation in the social sciences, this study has sought to establish a dialogue with culture, education and public policies. It has conducted a qualitative research throughout the city of Belo Horizonte in Minas Gerais, Brazil, where it has identified seven initiatives to create public libraries and six initiatives to offer free film screenings to the general population, as alternatives to actions that are implemented by public policies. The study has also analyzed the presuppositions and goals of these actions, as well as the audience they are targeted at and the conceptions that serve as foundations for them.

Palavras-chave: cultura; cinema; biblioteca comunitária; cidadania

Keywords: culture; movie; community libraries; citizenship.

Introdução

As pesquisas aqui relatadas partiram do pressuposto de que a cultura é inerente ao ser humano e portanto universal porque presente em todas as sociedades e produzido mesmo inconscientemente. Visto que o conceito de cultura é polissêmico, a ideia aqui não é exaurir considerações em torno do seu significado, mas ressaltar como ele também é relevante para elucidar questões referentes às ações desenvolvidas pelo poder público ou por outros atores sociais relativas ao campo das políticas públicas. Isto porque a cultura, além de orientar e influenciar a forma como os indivíduos interpretam a realidade na qual estão inseridos, também se insere no campo dos conflitos e lutas pela conquista de direitos sociais e políticos. Dessa forma, cultura é defendida nesse artigo, não somente como algo presente nas ações cotidianas dos sujeitos delineando, de certa forma, seus comportamentos nas mais diversas situações, mas como elemento importante e constitutivo de reflexão no campo das políticas públicas.

Ainda assim, a cultura é considerada também como um direito do cidadão e como tal, espera-se que o Estado e as políticas públicas estimulem sua produção e promovam o acesso de maior parte da população aos bens e serviços culturais como bibliotecas, museus, teatro e cinema, entre outros serviços, atividades, práticas e manifestações culturais. Entretanto, embora a Constituição Federal contemple esse direito, as políticas públicas nessa área ainda são muito incipientes, no Brasil.

Mesmo que a população se interesse e demande pela produção e fruição de atividades culturais é necessário que haja um apoio por parte do Estado para possibilitar e fomentar práticas neste campo. Nesse cenário surgem iniciativas paralelas de instituições não governamentais que buscam desenvolver essas práticas culturais, na tentativa de preencher essa lacuna das políticas públicas.

Ao tratar política cultural como uma das políticas públicas pretende-se ressaltar o caráter da cultura como direito. Ainda que a cultura seja produzida independente da ação do Estado, defende-se seu papel como estimuladora e viabilizadora das iniciativas culturais da sociedade. Assim, pode-se adotar o conceito de cidadania cultural que destaca a relação sociedade civil e Estado no seu papel de responsável pelas políticas públicas. Nessa perspectiva Brant (2009, p.31) se refere aos diversos direitos relacionados à cultura. Entre esses direitos o autor relaciona o direito à criação cultural, o direito de reconhecer-se como sujeito cultural, o direito à participação nas decisões sobre a cultura e

Direito de acesso e fruição dos bens culturais por meio dos serviços públicos de cultura (**bibliotecas**, arquivos históricos, escolas de arte, curso, oficinas, seminários, gratuidade dos espetáculos teatrais e **cinematográficos**, gratuidade das exposições de arte plásticas, publicação de livros, revistas, etc.) enfatizando o direito à informação, sem a qual não há vida democrática. (BRANT, 2009, p. 31) (grifo nosso).

A perspectiva que fundamenta essa análise é, portanto, da cultura, como direito do cidadão e dever do Estado, feitas as devidas ressalvas sobre o papel desse último:

Ao Estado não cabe, como sabemos, produzir cultura e menos ainda dirigir a sua criação, mas cumpre-lhe estimular sua produção, distribuição e consumo, valorizando a cultura e as artes como fatores fundamentais da formação da auto-estima e da confiança dos cidadãos em seu país. (Moisés, 2001, p. 14)

Dentre as diferentes práticas culturais optou-se por investigar primeiramente algumas bibliotecas comunitárias que foram criadas paralelamente ao poder público, justamente pela omissão desse em oferecer espaços de leitura, em especial para as populações menos favorecidas. Nesse contexto surgem algumas iniciativas particulares ou coletivas visando criar e manter bibliotecas voltadas para a democratização do acesso à leitura.

Em um segundo momento debruçou-se sobre a prática cultural de exibição de cinema. Da mesma forma que os espaços de leitura, os espaços de exibição cinematográfica também são restritos à esfera privada. E aqui, tem-se um agravante que é a tendência fortemente comercial mesmo para aquela população com maior poder aquisitivo. Ou seja, pouco se tem acesso ao cinema de arte e menos ainda ao cinema gratuito. Assim, o objeto da segunda etapa da investigação foram os cineclubes que oferecem cinema de qualidade e gratuito.

Pretendeu-se em ambas as pesquisas, de caráter exploratório, uma análise principalmente das propostas e do funcionamento das bibliotecas e cineclubes. Buscou-se também conhecer um pouco de suas dificuldades e perspectivas compreendendo essas ações não somente em seus aspectos sociais, objetivos, concretos e materiais, mas também em suas determinações mais subjetivas e individuais. (Trivinões, 2008).

Na pesquisa de bibliotecas foram adotadas entrevistas semiestruturadas e para a investigação dos cineclubes usou-se como instrumento o questionário. A análise dos dados foi realizada na modalidade de análise de conteúdo, por tema, seguindo as orientações de Bardin (1991), tendo o tema como unidade de registro.

Optou-se para maior clareza desse relato, dividi-lo em duas partes, a primeira dedicada às bibliotecas comunitárias e a segunda aos cineclubes.

1. Práticas de leitura como direito e condição de cidadania

Tendo em vista a importância do ato de ler, ao mesmo tempo como direito do cidadão e como condição para uma cidadania plena, constata-se um problema no fato de a maior parte da população brasileira se encontrar privada do acesso às diversas formas de textos e das práticas de leitura.

Diante desse problema levanta-se a questão sobre como as populações mais desfavorecidas têm-se organizado e que ações têm sido desenvolvidas no sentido de socializar o acesso à leitura. Indaga-se sobre em que medida as populações privadas do acesso à informação e à leitura têm enfrentado o desafio de conquistar esse direito e ocupado esse vazio deixado pelo poder público e a omissão das políticas públicas.

A partir de um enfoque essencialmente sociológico, considera-se prática de leitura como uma prática social e cultural e, embora não seja o caso de se estender aqui, na história das práticas de leitura, vale lembrar que a leitura nem sempre foi acessível a maior parte da população. Zilberman (1993, p.12-15), nos mostra que apenas no século XVIII e XIX “a multiplicação dos meios de reprodução mecânica difundem os bens culturais, antes privilégio de uma elite social e intelectual” e, entre eles o livro, o texto escrito.

Faria Filho (2005, p.147), corrobora com essa história social da leitura, analisando as representações da escola e do alfabetismo no século XIX no Brasil, mostrando que esse aspecto passa a ocupar um lugar central na sociedade, “capaz não apenas de transformar os súditos em cidadãos, mas também os bárbaros em civilizados, os perigosos em trabalhadores, os ignorantes em letrados”.

E, ainda hoje, embora a oferta de escolarização tenha aumentado, temos ainda um fenômeno denominado “iletrismo”, expressão que serve para designar aqueles que passaram pela escolaridade obrigatória mas não dominam nem possuem familiaridade com o texto escrito (Le Breton, 1989). Além disso, o iletrismo é sempre associado à pobreza econômica e ao desemprego e usado quase como sinônimo de exclusão, sendo visto acompanhando formas de fracasso e de marginalidade econômica e social. Exemplo disso são os discursos denunciados por Lahire (1999, p.96), os quais não atacam os mecanismos sociais que produzem esse fenômeno mas, terminam por criticar os próprios “iletrados” criando um discurso marcado pela exclusão, no qual esses indivíduos são considerados incapazes de agir, e são vistos como sem poder sobre sua própria existência, indivíduos que não merecem o status de cidadão e que não teriam uma vida digna de ser vivida.

Pompougnac (1996 p, 81) segue na mesma direção dessa crítica de Lahire e afirma que não ser letrado do ponto de vista do discurso dominante será considerado como condição necessária para saber ‘viver bem’ e até mesmo de “merecer viver”. Na visão de Soares (1998), no Brasil, começa-se a pensar nas condições daqueles que apesar de terem aprendido a decodificar a escrita e de ter passado alguns anos na escola, não incorporaram a o uso da escrita e não se apropriaram plenamente das práticas sociais de leitura e de escrita.

Portanto, seria preciso uma maior oferta e melhores condições de produção das práticas de leitura. Mas na realidade não é isso o que acontece. O número de bibliotecas escolares é bastante limitado e de bibliotecas públicas abertas à comunidade é menor ainda sendo a relação de livros por habitante abaixo de zero, ou seja alguns pouquíssimos leem enquanto a grande maioria lê muito pouco ou nada. (Vieira, 2007).

1.1 Bibliotecas comunitárias: direito à prática cultural da leitura

É nesse contexto que surgem as ações coletivas como forma de organização e de luta na tentativa de suprir essa necessidade da qual grande parte da população se encontra privada. E as bibliotecas comunitárias surgem como uma dessas formas, como protagonistas de uma ação que deveria ser realizada e suprida pelo poder público. Prado (2010, p.145) percebe a biblioteca comunitária como:

um sujeito ativo que desempenha um papel fundamental como espaço ideal de leitura, educação, organização social, cidadania, desenvolvimento sustentável, transferência da informação, linguística/dialogismo etc., e não como um organismo voltado aos interesses exclusivos de quem a dirige.

Não obstante as discussões que ainda são feitas sobre o conceito de biblioteca comunitária, apresenta-se aqui uma conceituação prévia elaborada por Machado (2000, p. 89), na qual a autora enumera cinco particularidades comuns a esse tipo de organização:

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.
2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade.
4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

Essas características remetem à noção de Castells (2008, p.20) sobre movimentos sociais como “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições das sociedades”. Remetem ainda a um dos três tipos de identidade, analisados por esse autor, denominada “identidade de projeto”, na qual os atores sociais buscam reformular e construir uma nova situação que lhe faça sentido Castells (2008, p. 25).

A amostra selecionada para a pesquisa considerou sete bibliotecas comunitárias procurando contemplar certa variedade de bairros/regiões da cidade, mas principalmente a variedade de tamanho, tempo de existência da biblioteca e seus vínculos com a comunidade.

Os dados obtidos a partir das 15 questões das entrevistas realizadas nas 7 bibliotecas pesquisadas, podem ser agrupadas em dois grandes blocos. O primeiro deles engloba o surgimento da biblioteca, ou seja, os aspectos referentes à sua origem os sujeitos responsáveis por sua criação. Nesse item inclui-se ainda o motivo/finalidade de sua criação e o público alvo. O segundo bloco trata da gestão dessas bibliotecas, de como vem sendo realizada sua manutenção, os obstáculos e as perspectivas de continuidade dessas ações.

Todas essas bibliotecas podem ser classificadas como comunitárias, com uma diferença no fato de que duas delas surgiram para atender preferencialmente à demanda de leituras voltadas para a pesquisa e o trabalho escolar, suprimindo um déficit das bibliotecas escolares, enquanto as demais buscaram atender uma demanda de leitura de maneira geral.

Em relação aos “atores principais” que tiveram a iniciativa de criar esses espaços de acesso à leitura encontrou-se na amostra pesquisada, de forma semelhante à classificada por Machado (2008 p.102, 109) algumas ações de “iniciativas coletivas” e outras “individuais”, com predomínio dessa última modalidade.

Não obstante o envolvimento e o empenho de uma liderança que se destaca, trata-se de iniciativas que acabam sendo apropriadas de alguma forma pelas comunidades e, como envolvem outros atores para viabilizar seu funcionamento adquirem um caráter mais coletivo.

No que se refere ao público-alvo e usuários de fato, constatou-se que nem sempre as bibliotecas são exatamente como seus criadores planejaram ou idealizaram e, a partir do momento que ela se abre à comunidade, uma série de acontecimentos irão definir o seu funcionamento. Assim uma biblioteca pode ter sido pensada para atrair um público infantil e atrair mais o público adulto.

Nessa amostra pesquisada foram encontradas bibliotecas com o acervo variando de 1.800 à 22.000 exemplares, sendo cerca da metade com menos de 10 mil e a outra metade acima desse valor. Os gêneros à disposição do público leitor também variam havendo algumas que oferecem até livros didáticos ou de apoio à pesquisa escolar e em contraposição as que os rejeitam. Mas o que define em última instância é o interesse dos leitores, ou seja, o acervo é o resultado de uma construção fruto da relação entre os que idealizam a biblioteca e o interesse dos usuários. Quanto à manutenção desse acervo é predominante a dependência de doações, mas esta varia entre os próprios moradores, sociedade civil em geral, instituições diversas, editoras e organizações de apoio às bibliotecas. Das sete bibliotecas pesquisadas em quatro delas predomina o trabalho voluntário para a manutenção da biblioteca e atendimento ao público.

A busca por parcerias e instituições de apoio é uma constante na gestão das bibliotecas comunitárias dessa amostra pesquisada. Existem as parcerias informais como o próprio trabalho voluntário de pessoas da comunidade, doações livres de pessoas da sociedade civil e existem parcerias mais formais, institucionalizadas, estabelecidas sobre bases mais estáveis como: Fundação Municipal de Cultura, Sempre um Papo, Instituto C&A e a Associação dos Amigos das Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte SABIC, que será tratada em um breve item mais a frente.

Além disso, duas das bibliotecas pesquisadas contam com o apoio da Paróquia que colabora em sua manutenção emprestando o espaço físico, assumindo as despesas de água, luz, telefone e pagamento de pessoal. Uma única biblioteca, não obstante as parcerias é mantida também com os recursos de um Centro Cultural dirigido pela própria criadora da biblioteca.

Por último cabe ressaltar o peso da divulgação dessas bibliotecas na mídia, o que possibilita uma quantidade enorme de doações da sociedade civil. As bibliotecas que foram alvo de reportagens de televisão e jornal foram as que mais receberam doações e que possuem os maiores, mais variados e atualizados acervos.

Na relação com os usuários o que mais se destacou foi a relação que os responsáveis pelas bibliotecas têm com o público usuário. Diferentemente das bibliotecas públicas e privadas formais, escolares, universitárias ou de outras instituições, nesses espaços chamados bibliotecas comunitárias ainda que haja alguém ou um grupo responsável pelos livros e pelo espaço físico, destacou-se a postura desses sujeitos em favor da disseminação, do estímulo à leitura, em detrimento de outras preocupações até mesmo da preservação do livro.

2. Política cultural e cidadania: acesso ao cinema no município de belo horizonte

A cidade de Belo Horizonte tem comportado em vários de seus espaços públicos ações culturais em diferentes formatos que envolvem diferentes atores. Além das manifestações artísticas nesse cenário, Belo Horizonte tem contado também com grupos organizados que têm expressado o desejo de que os espaços públicos da cidade possam cada vez mais abrigar ações culturais sejam elas relativas à música, às artes cênicas, às artes plásticas e visuais.

A partir desse cenário em que fervilham anseios da população por mais espaço e mais ações no âmbito da cultura, esta pesquisa se coaduna com os acontecimentos recentes na cidade de Belo Horizonte. Acontecimentos esses que expressam demandas por ações do poder público para garantir o direito de acesso à cultura. Nesse contexto analisar a oferta de práticas culturais relacionadas ao cinema se faz pertinente pelo fato de também compor a reflexão em torno das demandas e interesses da população pela “sétima arte” como forma de ampliar seu repertório cultural e, conseqüentemente construir novas percepções e interpretações da realidade.

Constata-se uma contradição entre o discurso e a prática das políticas públicas culturais no que se refere à oferta de bens e serviços assim como de iniciativas que estimulem a produção das diferentes práticas culturais. O cinema especialmente, embora seja um componente fundamental para o fortalecimento da cidadania é um bem cultural ainda pouco explorado e pouco ofertado. Nesse contexto o cinema parece ocupar um lugar de prática cultural não prioritária, o que demanda iniciativas paralelas e alternativas de instituições outras além do Estado, com o objetivo de possibilitar e estimular uma maior familiaridade com

essa expressão cultural e fortalecer a cidadania por meio da arte, criatividade e criticidade. Optou-se então por uma pesquisa exploratória buscando refletir sobre o potencial que a leitura da linguagem cinematográfica possibilita ler e atuar sobre o mundo e, ao mesmo tempo, identificar algumas práticas de exibição de cinema nessa perspectiva.

2.1 Cinema como prática cultural e cidadã

Considera-se aqui o cinema como uma prática capaz de contribuir para a criticidade por meio da arte. Parte-se do pressuposto de que o cinema de arte, não comercial, de qualidade possibilita a leitura de mundo e a criticidade que constrói o cidadão. Mas para isso é necessário uma alfabetização da linguagem cinematográfica o que vai ocorrer a partir do convívio da familiaridade dos sujeitos com essa modalidade da cultura como destaca Martin (2003, p.28): “É preciso aprender a ler um filme, a decifrar o sentido das imagens como se decifra o das palavras e dos conceitos, a compreender as sutilezas da linguagem cinematográfica.” E ainda “[...] há tantas interpretações de cada filme quantos forem os espectadores”.

O acesso ao cinema torna-se, portanto, condição para que essa leitura se realize:

De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1979), a experiência das pessoas com o cinema contribui para desenvolver o que se pode chamar de “competência para ver”, isto é, uma certa disposição, valorizada socialmente, para analisar, compreender e apreciar qualquer história contada em linguagem cinematográfica. Entretanto, o autor assinala que essa “competência” não é adquirida apenas vendo filmes; a atmosfera cultural em que as pessoas estão imersas – que inclui, além da experiência escolar, o grau de afinidade que elas mantêm com as artes e a mídia – é o que lhes permite desenvolver determinada maneira de lidar com os produtos culturais, incluindo o cinema. (Duarte 2002, p. 13)

Essa autora nos alerta que “ir ao cinema” trata-se de uma “prática social” que vai possibilitar determinado gosto e uma qualificação para a escolha e apreciação dos diferentes gêneros. E acrescenta:

Em sociedades audiovisuais como a nossa, o domínio dessa linguagem é requisito fundamental para se transitar bem pelos mais diferentes campos sociais” [...] É inegável que as relações que se estabelecem entre espectadores, entre estes e os filmes, entre cinéfilos e cinema e, assim por diante são profundamente educativas. O mundo do cinema é um espaço privilegiado de produção de relações de “sociabilidade”, no sentido que Simmel dá ao termo, ou seja, forma autônoma ou lúdica de “socialização”, possibilidade de interação plena entre desiguais, em função de valores, interesses e objetivos comuns.” (Duarte 2002, p. 14- 17)

É importante também discutir o lugar ocupado pelo cinema e destacar seu papel colonizador e de aculturação, principalmente da indústria do cinema de Hollywood em oposição ao cinema de arte que possibilita a reflexão (Lopes, 2007) e tem como foco a alteridade e a diversidade cultural. (Bergala, 2006)

Teixeira e Lopes (2003, p. 10) mostram que o cinema é uma criação artística que implica em uma “maneira de olhar” que pressupõe uma ideia sobre o mundo “uma idéia histórico-social, filosófica, estética, ética, poética, existencial”. Daí a importância de se viabilizar o acesso ao cinema de arte que na forma e no conteúdo podem possibilitar uma visão de mundo mais crítica nos sentido de não apenas mostrar o mundo como ele é mas de como ele poderia ser e ainda pistas de porque ele não é diferente do que é.

Bergala (2006 p.46-47) alerta para o verdadeiro perigo em relação ao cinema aquele “que pode, entretanto, causar estragos mais profundos e mais duráveis: o da mediocridade ou da nulidade artística. Pior que os filmes ruins são os filmes medíocres”. E para evitar esse perigo ele defende o contato permanente com o filme de arte que estimula a emoção e o pensamento, para a “formação desse gosto que permite tomar certa distância/afastamento sobre os filmes ruins” que ele denomina “filme pipoca”.

Em oposição ao cinema como arte encontra-se a hegemonia do cinema comercial como os filmes de Hollywood que ocupam a maior parte das salas de cinema. Sobre essa “vertente hollywoodiana”, Lopes (2007, p. 70-84) desvenda suas inúmeras armadilhas que nem sempre são percebidas pelo assistente. Ele explica que os filmes de Hollywood utilizam recursos tecnológicos sofisticados e avançados, criando um universo imaginário e irreal que de forma sutil contribuem para a alienação, criando um “mundo de sonho

[...] do sonho americano, segundo o qual todos os homens teriam, os mesmos trunfos para ter sucesso na vida”.

Esse autor mostra que trata-se de um tipo de cinema que ou não retrata o mundo como ele é trazendo personagens irreais, extraordinários quase imortais, ou mostra o mundo como é, mas sem possibilidades de mudanças, sem questionar a desigualdade social, a exploração, incitando a aceitação e a conformidade.

Em geral os filmes hollywoodianos mostram o branco ocidental como superior e “ridiculariza” os outros povos como índios, negros e latino americanos. Reforçando o maniqueísmo entre o bem e o mal todos aqueles que fogem ao padrão do homem americano são vistos como subversivos, perversos, “psicopata” ou “amoral”. Em relação a mulher esta tem um papel secundário em relação ao homem ou então é alguém que causa a sua “perdição”. Além disso, é um tipo de filme que manipula o sentimentalismo, estimula o individualismo, o consumismo, o sexo e a violência, explorando intensamente a ação e as catástrofes ou ainda o que esse autor denomina de “cultura do instantâneo”. Enfim todas essas são fórmulas que não possibilitam e não permitem pensar ou refletir. (Lopes,2007, p.70-84)

Diante de uma polêmica sobre a exibição de filmes nessa perspectiva hollywoodiana versus os filmes de arte, Lopes (2007, p. 94) declara: “Defendemos um cinema de reflexão de pensamento e de resistência às formas banais. Um cinema de difícil acesso ao mercado distribuidor, restrito às salas de um circuito que sobrevive apenas nas grandes capitais do primeiro mundo.” Mas como esse autor denuncia, o filme de arte que estimula o sentimento e o pensamento, ou seja, aquele dura muito além do tempo em que o assistente permanece em uma sala de cinema, que toca o sentimento, que leva a reflexão que possibilita intertextualidades com outros textos cinematográficos ou escritos ou com a própria vida e que contribuem com a criticidade dos sujeitos, esse é de difícil acesso para a maior parte da população.

Apesar da e grande desigualdade na produção, distribuição e acesso ao cinema de arte verificam-se algumas iniciativas no sentido de socializar esse tipo de cinema e, é nesse sentido que buscou-se identificar algumas ofertas de cinema voltadas para uma prática cultural que ultrapasse o entretenimento e provoque a reflexão e a formação cidadã.

2.2 Cineclube e outras práticas de exibição de cinema

Duarte (2002, p.14) mostra que conforme “pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), menos de 9% dos municípios brasileiros têm salas de cinema, e boa parte destas estão localizadas em grandes centros urbanos. Em Belo Horizonte, apesar de ser uma capital do Estado e um grande centro urbano a oferta de cinema também não é grande, tem se restringido aos *shoppings* e encontram-se poucas alternativas para se assistir a filmes de arte. A maior parte das salas de cinema exibem filmes produzidos na perspectiva predominantemente comercial, hollywoodiana ou que visam ser campeãs de bilheteria. Dentre as salas que exibem filmes de arte, encontra-se ainda a dificuldade de acesso por grande parte da população ou por desconhecerem esses espaços ou por falta de familiaridade com esse gênero de cultura ou ainda pelo obstáculo financeiro.

Assim, procurou-se identificar e levantou-se por contato telefônico, por *e-mail* e pelos sites que divulgam essas práticas algumas ofertas de exibição de cinema de qualidade que fossem gratuitas e realizar um levantamento exploratório prévio para conhecer suas concepções de cinema, seus objetivos e o público envolvido. Inicialmente, identificou-se 8 (oito), salas de exibição que correspondiam ao perfil determinado.

A primeira delas, promovida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, se destina não apenas aos professores do setor público e privado, mas também a cinéfilos, estudantes, grupos de movimentos sociais e mesmo crianças. Nela são exibidos filmes com temáticas variadas seja por diretor, por movimento do cinema, de cinema experimental, de temas relacionados à conjuntura atual, à literatura, à novidades no circuito cineclubista e ainda cinema de animação.

Em segundo lugar o Cineclube Carlos Alberto Soares de Freitas ou Cine Beto, criado por um grupo independente de jornalistas que viam uma lacuna “crítica” no fazer jornalístico nos veículos midiáticos. Esse cine clube está voltado para o interesse de diversas categorias profissionais além dos jornalistas. O Cine

clube Beto costuma ser frequentado por artistas, produtores, cineastas, professores, educadores, dentre outros, e inclui a faixa etária de 18 a 60 anos. Exibe filmes de arte que são selecionados pelo profissional convidado para comentar o filme.

Uma terceira prática de exibição cinematográfica é Luz. Câmera. História! Iniciativa de um professor de história que iniciou como grupos de estudos com alunos do curso de História, em 2008 e, se tornou um projeto de extensão no Centro Universitário UNA. A seleção de filmes obedece a um planejamento semestral segundo um eixo temático sempre relacionado com a história.

Ainda relacionado ao Centro Universitário UNA, identificou-se o Cine Repertório, sob coordenação de um professor do curso de Cinema. Essa prática visa ampliar o repertório áudio visual dos alunos do Instituto de Comunicação e Artes, em especial, os alunos de cinema, mas não se restringe à comunidade universitária sendo aberta a todo tipo de público. A seleção dos filmes é feita pelos alunos do curso com orientação do professor e com comentário após a exibição com uma reocupação com o aprimoramento do olhar para o cinema.

Vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais o Cinecentro é uma prática de exibição de filmes de ficção, documentários, curtas e animação do Centro Cultural da UFMG. As exibições contemplam temas diversos e atuais de interesse universitário, sendo algumas sessões comentadas por especialistas da área e também não se restringe ao público daquela universidade.

Outra prática identificada, dessa vez por iniciativa pública do setor municipal é a exibição de filmes nos Centros de Cultura de Belo Horizonte, abrigados na Fundação Municipal de Cultura. São 16 (dezesesseis) Centros distribuídos em diferentes regiões da cidade que exibem filmes que procuram fugir do circuito comercial incluindo curtas metragem.

O Cineclube “Oi Futuro” é outra iniciativa, entretanto, privada. Vinculado ao Instituto Oi, de responsabilidade social, exhibe filmes semanalmente com sessões infanto juvenis e sessões para adultos segundo uma escolha cuidadosa de filmes que podem ser considerados predominantemente de arte, selecionados por diretores ou temas relevantes divulgando filmes não contemplados no circuito comercial.

Finalmente identificou-se o Cine Humberto Mauro vinculado à fundação Clóvis Salgado e ao governo do Estado de Minas Gerais. Esse cinema exhibe filmes muito bem selecionados, por temas ou por diretor, sempre promovendo debates, cursos e oficinas. Trata-se de uma prática frequente sistemática com programação intensa e diversificada e que por isso será objeto de uma outra etapa mais aprofundada dessa pesquisa.

O público atingido por esses cineclubes é de 12 a 35 pessoas, em média, por exibição o que pode ser considerado pouco expressivo e a periodicidade também pouco intensa, em geral mensal (com exceção do Oi Futuro e Cine Humberto Mauro). A divulgação desses cinemas talvez possa ser considerada tímida e se houvesse maior publicidade poderiam dobrar ou triplicar o público contemplado. Contudo, ainda assim seria um público restrito em relação ao total da população do município de Belo Horizonte.

E o que é mais importante, nas propostas de alguns dos cineclubes aqui identificados encontramos objetivos como ampliar o “repertório visual”; viabilizar “espaços de fruição, circulação e criação de bens culturais que contribuam para a formação de identidades locais”; possibilitar “o acesso a produtos culturais cinematográficos diferenciados, oriundos, por vezes, de acervos particulares e institucionais, não disponíveis em circuitos comerciais”; propiciar “espaço de formação, de diálogo, de conhecimento”; despertar “o gosto pelo cinema”, disponibilizar um “espaço de fruição artística, intercâmbio de conhecimentos” ou um “local de resgate da sensibilidade do olhar e de humanização”; problematizar “relação entre o cinema e a circularidade do conhecimento”; desenvolver a discussão do filme como metodologia de trabalhos educativos em espaços escolar e não-escolar”; desenvolver uma “atividade direcionada para o cinema, para sua fruição e debates que este meio proporciona para ampliação cultural e política” e estimular a “educação do olhar pelo hábito da cultura audiovisual cinematográfica”. (Dados dos questionários e *sites*).

Considerações finais

As pesquisas aqui relatadas, embora de caráter exploratório, confirmaram em parte uma certa “hipótese” que o grupo de pesquisadoras tinha de que as ações coletivas em favor do acesso à leitura e ao cinema constituem um espaço de luta, mas principalmente de convicções e objetivos que mesmo diante de inúmeros obstáculos, como acontece em especial com as bibliotecas comunitárias, não se deixa abater facilmente e que talvez pelo próprio fato de já nascer em um contexto de escassez, de ausência da atuação do poder público, se construiu diante de uma realidade antes de necessidades do que de facilidades. Assim, constatou-se que parte considerável dessas iniciativas já funcionam há bastante tempo, apesar de todas as dificuldades enfrentadas. A partir do momento que elas existem já se constituem um patrimônio e a própria comunidade não aceita abrir mão dessa conquista, pois não se trata de algo “doado” à ela, mas construído com esforço e luta.

Trata-se, portanto, de ações que não apenas deram conta de sua própria criação e manutenção mas que também contagiaram outros sujeitos e compartilharam seu conhecimento, ampliando essa ação para espaços onde não poderiam estar pelo limite físico de tempo e espaço que se impõe a todos.

No caso das bibliotecas comunitárias aqui pesquisadas estas são um exemplo de organizações criadas paralelamente à organização pública na busca de suprir bens e serviços de leitura que o Estado deveria ofertar. E isso já era ponto de partida dessa pesquisa. O que se confirmou aqui foi o empenho e a dedicação desses sujeitos para a manutenção dessas ações e concretização desses objetivos e principalmente o gosto e a importância que eles atribuem à leitura.

Já em relação aos cineclubes é importante destacar que as propostas dessas exibições de cinema além do fato de serem gratuitas para viabilizar o acesso são iniciativas que procuram ir contra a hegemonia do cinema “instantâneo”, do cinema “pipoca” ou de “vertente hollywoodiana”, como denominado por alguns dos autores que embasaram esse estudo.

Todos esses objetivos explicitados pelos cineclubes vão ao encontro do que se apresentou como uma proposta de cinema voltada para a fruição da cultura e também da formação cidadã, a qual deveria ser contemplada e fortalecida por uma política pública cultural.

Embora essas práticas ainda sejam pouco expressivas, no município de Belo Horizonte, do ponto de vista quantitativo, elas são significativas do ponto de vista qualitativo. Parece provável, ainda, que estas iniciativas de bibliotecas e cineclubes se mantenham e se constituam exemplos inspiradores para outras práticas semelhantes, principalmente para o poder público.

Referências bibliográficas

Bardin, L. (1ère édition 1977). *L'analyse de contenu*. Paris: PUF, 1991

Bergala, A. (2006). *L'hypothèse cinema*. Petit traité de transmission du cinema à l'école et ailleurs. Paris, Cahiers du cinéma.

Brant, L. (2009). *O Poder da Cultura*. São Paulo, Peirópolis.

Castells, M. 2008. *O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

CCULT UFMG. Recuperado em 30 de julho de 2013 de <https://www.ufmg.br/centrocultural/cinecentro.htm>.

Cineclubes Humberto Mauro. Recuperado em 30 julho 2013 de <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/diversao/cinemas/cine-humberto-mauro>.

Duarte, R. (2002). *Cinema e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

Faria Filho, L. M. de (2005). “Representações da Escola e do Alfabetismo no Século XIX. In Galvão, A.M. de O.; Batista, A.A.G. (orgs) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. (pp. 143-164) Belo Horizonte: CEALE, Autêntica,

Fundação Municipal de Cultura. Centros Culturais. Recuperado em 30 julho 2013 de http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=6782&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0.

- Kaufmann, J. –C (1996). *L'Entretien Compréhensif*. Paris : Nathan,
- Lahire, B. (1999). *L'invention de l'illettrisme*. Rhétorique publique, éthique et stigmates, Paris: La Decouverte.
- Le Breton, A. (1989). *L'Adolescent illettré*. Paris: Editions Universitaires,
- Lopes, J. S. M. (2007). *Educação e Cinema: novos olhares na produção do saber*. Porto: Profedições.
- Machado, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária © *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009– ISSN: 1678-765X*. Recuperado em 15 de julho de 2013 em http://scholar.google.es/scholar?hl=pt-BR&q=artigo+científico++bilbioteca+comunitaria&btnG=Pesquisar&lr=&as_sdt=2000
- Martin, M. (2003). *A linguagem cinematográfica*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- OI Futuro. O Instituto. Disponível. Recuperado em 30 julho 2013 de <http://www.oifuturo.org.br/o-instituto/>.
- Pompougnac J.-C. (1996). *Illettrisme: tourner la page?* Baume-les-Dames: Hachette,
- Soares, M. (1998). *Letramento Um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica/Ceale,
- Vieira, E. M. (2007). *Bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte: atores em cena* Dissertação (Ciência a Informação) UFMG.
- Zilberman. R. (dir.) (1993). *Leitura em Crise na Escola*. As alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado Aberto.